

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma Análise Documental da BNCC e da LDB

Maria Flora de Jesus Almeida¹

Maria Amanda da Silva²

Jeneffe Ferreira dos Santos³

Roberto Araújo Sá⁴

INTRODUÇÃO

Com o avanço dos impactos socioambientais ao longo dos anos, diversos esforços e documentos normativos no Brasil foram elaborados com o intuito de mitigar a degradação ambiental que, gradualmente, tem se intensificado de forma devastadora por todo o território nacional, comprometendo biomas e um vasto conjunto de ecossistemas e sua vitalidade. A exemplo disso, destacam-se instrumentos normativos como leis, diretrizes e regulações voltadas para ações de estudo, fiscalizações e contenção dos problemas ambientais. Apesar dessas iniciativas, ainda é recorrente a utilização não sustentável dos recursos naturais, resultando em inúmeros impactos prejudiciais tanto para os ecossistemas quanto para a qualidade de vida humana como um todo. Essa realidade suscita reflexões sobre o modo como os processos educativos brasileiros têm contribuído para a construção de uma consciência ambiental crítica. Mais do que transmitir conhecimentos, é preciso compreender se a educação tem, de fato, favorecido a formação de um sujeito ecológico, comprometido com valores éticos, sociais e culturais que sustentem uma identidade ambiental cidadã.

Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 9.795, formulada em 1999, que trata-se sobretudo de um reflexo de outras ações de ordem ecológica, como por exemplo a Conferência de Estocolmo (ONU) em 1972, e a Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, além de campanhas educativas visando a inserção dos

¹ Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Agreste, mariaflora.almeida@ufpe.br;

² Graduada pelo Curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Agreste amanda.silva2@ufpe.br;

³ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Agreste, jeneffe.santos@ufpe.br;

⁴ Professor associado IV no curso de Química Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Campus Agreste, roberto.asa@ufpe.br.



temas ambientais. A referida Lei, vigente até os dias atuais, foi a responsável pela instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Legislação de fundamental importância por reconhecer a necessidade de ações educativas que perpassam os espaços escolares, notabilizando também ambientes como praças, museus e parques. Assim, esta política objetiva promover uma abordagem ampla, integrada e contínua, defendendo práticas que incentivem a reflexão, a adoção de novos hábitos e o desenvolvimento de uma consciência ambiental por parte da sociedade. Tal mobilização se mostra essencial para o despertar de uma consciência ecológica capaz de enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

Nesse cenário, a escola assume um papel central como espaço formativo, responsável por promover a socialização, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a construção da identidade e o exercício da cidadania ativa. Tornando-se, assim, uma porta de entrada privilegiada para a vivência da Educação Ambiental, principalmente no que compete à formação de crianças e adolescentes. Diante disso Sorrentino *et al.*, (2018) discute que esta tarefa, está longe de ser fácil e que tais ideias nos ajudam a delinear saberes e valores que podem ser mirados como estratégias de construção de um modelo teórico-metodológico que fortaleça as energias emancipatórias para a sustentabilidade.

Para que esse potencial se concretize, se faz fundamental que os documentos orientadores da educação brasileira apontem e possibilitem práticas pedagógicas coerentes com esse viés formativo. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõem ações e orientações relacionadas à Educação Ambiental voltadas aos estudantes da Educação Básica.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental representa não apenas uma prática pedagógica, mas um caminho essencial para a formação de sujeitos críticos e ecologicamente conscientes na sociedade. Nesse sentido, deve “ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais” (Sorrentino; Mendonça; Ferrero Junior 2005, p. 288-289).



Assim, ao promover a reflexão sobre as questões ambientais, busca-se despertar no indivíduo o senso de responsabilidade pelo cuidado com o espaço em que vive, ao mesmo tempo em que se fortalece o compromisso com a preservação e a sustentabilidade para as gerações futuras.

Diante disso, a Educação ambiental tem como finalidade conscientizar, integrando o sujeito numa participação ativa e cidadã (Oliveira, Neiman, 2020). Reforçando, assim, a importância de trazê-la da formação básica até a vida adulta, para que assim seja possível uma transformação social, mediante a promoção da justiça ambiental. Para tanto, ao se consolidar como prática formativa, ela precisa ser compreendida em sua dimensão crítica e transformadora, configurando-se, desta forma, como um instrumento de mudança social e de fortalecimento da cidadania. Loureiro (2004, p. 81) destaca que “a Educação Ambiental Transformadora enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida”.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental não se limita apenas ao espaço escolar nem a conteúdos isolados. Trata-se de um movimento contínuo, presentificado ao longo do dia a dia e nas relações sociais, que integra diferentes saberes, promovendo a reflexão crítica sobre a forma como vivemos e interagimos com o ambiente. Essa compreensão favorece a participação coletiva e o compromisso de cada pessoa em transformar práticas e atitudes, fortalecendo a construção de uma sociedade ambientalmente responsável e comprometida com as questões ambientais.

Sob esse olhar, Guimarães (2007) ressalta que uma Educação Ambiental eficaz transcende a mera transmissão de conteúdos, constituindo-se como um espaço de participação ativa e de aprendizagem prática significativa. Acrescenta ainda que uma prática ambiental que pode efetivamente contribuir para o enfrentamento da crise ambiental vivenciada:

[...] é aquela que faz do ambiente educativo espaços de participação, em que a aprendizagem se dá em um processo de construção de conhecimentos vivenciais, que experencie ações que tenham a intencionalidade, como uma ação política, de intervir na realidade transformando-a (Guimarães, 2007, p. 91).

Assim, torna-se evidente a compreensão de que a Educação ambiental não deve restringir-se à mera transmissão de conteúdos, mas sim promover um movimento de



conscientização crítica capaz de incentivar mudanças de atitudes. Paralelamente, deve possibilitar a ampliação de novos conhecimentos e a construção de interconexões, em diálogo com os 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (ONU, 2015), de modo a mobilizar ações, fortalecer o sentimento de pertencimento e estimular a responsabilidade socioambiental dos sujeitos. Nesse processo, os sujeitos tornam-se aptos a agir de forma consciente e comprometida diante das questões socioambientais, integrando saberes, práticas e engajamento social.

Diante disso, ainda que muitos discursos sobre sustentabilidade estejam presentes na sociedade contemporânea, o desafio persiste em traduzi-los em práticas efetivas, como aponta Jacobi (2003). O autor destaca que, diante do fato de a maior parte da população brasileira viver em áreas urbanas, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental que exige reflexão sobre a necessidade de transformar formas de pensar e agir frente às questões socioambientais numa perspectiva contemporânea. Nesse sentido, “a educação ambiental constitui um campo essencial para a formação da cidadania, uma vez que propicia a compreensão da complexidade das questões ambientais e dos desafios para a construção de sociedades sustentáveis” (Jacobi, 2003, p. 190).

Desse modo, reafirma-se que a Educação Ambiental deve ser entendida não apenas como um instrumento pedagógico, mas como um processo político, crítico e emancipador, capaz de mobilizar sujeitos para a transformação social. Ao articular conhecimento, reflexão e ação, ela se consolida como um caminho fundamental para o fortalecimento da cidadania e para a promoção de sociedades mais justas, equitativas e ambientalmente responsáveis.

Além disso, a escola enquanto espaço formal de ensino, não deve se limitar à mera transmissão de conteúdos, mas assumir o compromisso de formar sujeitos críticos, éticos e conscientes de seu papel sociopolítico. Para isso, torna-se essencial uma educação integral, orientada para o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes (Brasil, 2018), especialmente em um contexto marcado pela era digital, no qual a aprendizagem ativa é em suma urgente e indispensável. Nesse cenário, ganha relevância a Educação Ambiental, entendida como um processo capaz de despertar a curiosidade, estimular a criatividade e incentivar práticas que, ainda que pequenas no presente, possam gerar transformações significativas no futuro (Oliveira *et al.*, 2021).



Neste sentido, torna-se fundamental proporcionar experiências formativas capazes de superar a visão fragmentada dos conteúdos e de estimular a reflexão crítica sobre problemas reais no contexto da Educação Básica. Corroborando, a discussão sobre Educação Ambiental no ambiente escolar deve favorecer um maior conhecimento sobre a temática, sendo mediada por profissionais que detenham domínio do assunto e estejam comprometidos com práticas pedagógicas inovadoras e transformadoras. Dessa forma, é possível promover um novo repensar dos saberes, fomentando uma proposta educativa ética, eficiente e socialmente relevante (Oliveira, *et al.*, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada fundamentou-se na análise documental, considerando que esses documentos constituem fonte rica e estável de dados, Gil (2002). Assim, foram analisados dois referenciais normativos centrais da educação brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa escolha se justifica pela relevância desses documentos tanto na orientação das práticas pedagógicas, como também, na definição das competências e habilidades esperadas na formação dos estudantes.

Dessa forma, o procedimento metodológico adotado estruturou-se em três etapas: (I) levantamento e seleção dos documentos oficiais diretamente relacionados ao objeto de investigação; (II) realização de uma leitura exploratória e analítica do corpus documental, com o propósito de identificar elementos que evidenciem a inserção e o tratamento da Educação Ambiental nas diretrizes legais; e (III) sistematização e interpretação dos dados à luz do referencial teórico que sustenta esta pesquisa. Assim, o processo analítico ultrapassou a mera descrição normativa, orientando-se por uma abordagem crítica e interpretativa, de modo a estabelecer relações entre os dispositivos legais, às práticas educativas e as demandas socioambientais contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura da LDB (Brasil, 1996), foram identificados aspectos que tratam da formação ética e cidadã, considerados essenciais para a construção de um sujeito ambientalmente responsável. Nesse sentido, o Art. 32 da referida Lei destaca que



o ensino fundamental tem como objetivo incluir “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil, 1996, p. 25). Já para o Ensino Médio, o Art. 35 aponta para “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico” (Brasil, 1996, p. 27). Esses dispositivos evidenciam a preocupação da legislação em alinhar a educação à construção de valores que dialogam diretamente com a responsabilidade socioambiental.

Os dispositivos legais analisados apresentam implicações significativas para a organização curricular, ao indicarem que a Educação Ambiental deve ser compreendida como um componente essencial da formação integral dos estudantes, desde os Ensinos Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais ao Ensino Médio como parte da formação cidadã, ética e crítica dos estudantes. Por outro lado, a LDB reforça que essa integração curricular deve ocorrer de forma transversal, articulando-se às diferentes áreas do conhecimento, sem se restringir à criação de uma disciplina isolada. Essa perspectiva exige que a escola promova práticas pedagógicas que considerem a complexidade das questões ambientais e incentivem o protagonismo dos estudantes na busca por soluções coletivas.

Nesse contexto, cabe à escola assumir o papel de espaço privilegiado para a vivência e a reflexão crítica sobre os desafios socioambientais contemporâneos. Visto que, mais do que transmitir informações, é necessário estimular processos formativos que articulem saberes científicos, culturais e éticos, promovendo a autonomia intelectual e o engajamento responsável dos educandos. Assim, a inserção das discussões ambientais no currículo se tornam um caminho para consolidar a formação de sujeitos éticos, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, sustentável e solidária. Corroborando, Guimarães (2007) discute que:

Trazer a realidade de fora da escola para dentro e retornando com ações educativas na comunidade é o pressuposto de uma abordagem relacional. Todo esse processo é um ambiente educativo propício para o desenvolvimento de uma educação ambiental em seu caráter crítico, que se inicia na escola, mas se realiza para além de seus muros. (Guimarães, 2007, p. 92).

Assim, evidenciando que, a proposta da LDB de vincular o currículo à realidade



social, econômica e cultural do educando é fundamental para ancorar o conhecimento dele. Desta forma, ao trazer para dentro do espaço escolar os desafios reais da comunidade e devolver ações educativas, a prática pedagógica rompe com a lógica tradicional de ensino meramente transmissivo. Essa dinâmica, então, cria um ambiente em que a Educação Ambiental se torna crítica e transformadora, pois conecta teoria e prática, saberes científicos e populares, permitindo que estudantes compreendam os problemas socioambientais de forma situada. Assim, essa abordagem dialoga de maneira integrada com a necessidade de formar sujeitos capazes de analisar, intervir e propor soluções coletivas, fortalecendo a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade para além dos muros da escola.

Em relação a BNCC, investigando as Competências Específicas (Brasil, 2018, p. 324) da área de Ciências da Natureza, que envolvem a formação do pensamento crítico, foram identificadas as Competências 2, 3 e 6 que orientam para o desenvolvimento do pensamento crítico ao promover a compreensão de conceitos fundamentais e dos processos de investigação científica. Possibilitando, desta forma, segurança no debate de questões científicas, tecnológicas e socioambientais, bem como a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Indo de acordo, Freire (1987) enfatiza que a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato da ação-reflexão. “Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Freire, 1987, p. 81). Desse modo, destaca que refletir, por si só, não transforma a realidade.

Diante disso, a conscientização nasce quando o pensamento e a ação caminham juntos, mostrando que o aprendizado precisa se traduzir em prática para gerar mudanças reais. Nesse sentido, cabe ao sistema educacional promover caminhos efetivos para incentivar a análise e a explicação de fenômenos do mundo natural, social e tecnológico. Bem como estimular a curiosidade, a formulação de perguntas e a busca de soluções criativas e fundamentadas. Observou-se que teoricamente tem-se esta recomendação e orientação à prática docente. Além disso, destacam a importância do uso crítico, reflexivo e ético das linguagens e das tecnologias digitais para acessar, produzir e disseminar informações, favorecendo a autonomia intelectual e a responsabilidade social dos estudantes (Brasil, 2018).



Outrossim, em se tratando das competências que envolvem diretamente a Educação Ambiental, destacam-se as Competências 4, 5 e 8, as mesmas enfatizam a necessidade de avaliar criticamente as aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência. Além disso, também propõem alternativas frente aos desafios do mundo contemporâneo. Ademais, promovem orientações contundentes para a construção de argumentos fundamentados em dados e evidências confiáveis, de modo a instigar a consciência socioambiental, o respeito à diversidade e a superação de preconceitos. Por fim, destacam a importância de agir de forma pessoal e coletiva com autonomia, responsabilidade e solidariedade, utilizando os conhecimentos científicos para tomar decisões éticas e sustentáveis em relação às questões socioambientais e à saúde individual e coletiva (Brasil, 2018).

Nessa vertente, Loureiro (2004), acrescenta que:

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós (Loureiro, 2004, p. 16).

Essa perspectiva dialoga diretamente com essas competências da BNCC, pois aproxima o aprendizado escolar da realidade concreta, incentivando os estudantes a investigar fenômenos do mundo natural, social e tecnológico, formular soluções fundamentadas e agir de forma ética e responsável. Ao relacionar teoria e prática, os estudantes desenvolvem pensamento crítico e percebem que suas escolhas e ações individuais e coletivas têm impacto real na sociedade e no meio ambiente. Assim, a Educação Ambiental deixa de ser apenas um conteúdo curricular e se torna uma prática transformadora, capaz de formar cidadãos conscientes e preparados para intervir na realidade.

Por último, as competências que revelam a transversalidade da Educação Ambiental são a 1 e 7. Destacando a compreensão das Ciências da Natureza como um empreendimento humano, histórico e cultural, marcado pelo caráter provisório do conhecimento científico. Essa perspectiva amplia a visão crítica sobre a produção e o uso da ciência, favorecendo sua integração com outras áreas do saber. Além disso, destacam a importância do autoconhecimento e do cuidado de si e do outro, valorizando



a diversidade humana e promovendo atitudes de respeito, saúde e bem-estar, sempre em diálogo com os conhecimentos científicos e tecnológicos (Brasil, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, o presente estudo contribui significativamente com o endossamento da compreensão da importância da educação ambiental como um processo integralmente crítico e arrojado, que se configura para além da mera transmissão didática, capaz de propiciar uma formação cidadã conscientizadora e enérgica no que concerne a uma identidade ecológica em sua inteireza. Por meio da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se fez possível identificar como esses documentos basilares da educação brasileira oferecem o suporte necessário para a implementação de práticas pedagógicas que dialogam com a temática socioambiental.

Outrossim, entendemos que a LDB, ao reforçar a importância da formação ética, cidadã e crítica, também já estabelece uma base sólida para a integração da Educação Ambiental no currículo educacional brasileiro de forma transversal. Tal abordagem exprime a necessidade de que a escola transpasse o tradicional modelo de ensino institucionalizado em âmbito nacional, e assuma a responsabilidade de coligar a experiência de aprendizado à realidade sociocultural dos estudantes, transformando mutuamente os desafios comunitários em oportunidades de reflexão e ação.

Da mesma forma, podemos considerar que a BNCC dispõe de um arcabouço seguro para a construção de um novo modelo de aprendizagem. Uma vez que as competências da área de Ciências da Natureza, em especial, incentivam o pensamento crítico, a investigação, a tomada de decisões éticas e a participação coletiva na busca por soluções para problemas socioambientais. Tudo isso fortalece a tese de que a educação não deve apenas capacitar para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, onde a responsabilidade com o meio ambiente e a sustentabilidade são cada vez mais impreteríveis.

Em suma, tudo leva a crer que a legislação brasileira oferece um caminho para que a Educação Ambiental se consolide como um pilar essencial da formação na Educação Básica. Todavia, para que isso se concretize, no entanto, se faz fundamental que as



REFERÊNCIAS

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P.



(Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

OLIVEIRA, A. D.; SILVA, A. P.; MENEZES, A. J. S.; CAMACAM, L. P.; OLIVEIRA, R. R. A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021.

OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.15, n 3, p.36–52, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/fxhivk2xznezxlhaddziwnjvva/access/wayback/https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/10474/7735> Acesso em: 24. set 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 set. 2025.

SORRENTINO, M.; MENDONÇA, R. T. P.; FERRARO JUNIOR, A. L.; Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200010&script=sci_abstract Acesso em: 24. set 2025.

SORRENTINO, M. Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental. In: SORRENTINO, M; GÜNTZEL-RISSATO, C; ANDRADE, D. F.; ALVES, D. M. G.; MORIMOTO, Í. A.; CASTELLANO, M.; PORTUGAL, S.; BRIANEZI, T.; BATTAINI, V. (org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2018.



